

ATA Nº 08/2023

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de outubro de dois mil e vinte e três, os conselheiros que integram o biênio 2023 – 2024 do Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas – CONESD, se reuniram para a reunião ordinária do mês de outubro, que ocorreu de forma híbrida: presencialmente na sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Rua Coronel Dulcídio, 800 – 10º andar, Batel – Curitiba, Paraná) e online pelo link <https://www.webconf.pr.gov.br/b/con-s15-gzg-ahr>. **Presentes:** Andréa Damasceno de Barros (OAB/PR), Anelyze Sant Ana (DPC), Camila Duda (SESP), Caroline Arns (FIEP), Fábio José Orsini Lopes (CRP), Felipe de Nadai de Oliveira (CRP), Helena Maria Ramos dos Santos (CRESS), Jane Cristina Lobato Vasques (SEJU), Josiel Pereira (COMPACTA), Jucélia Vendramin (FECCOMPAR), Juliane Maria Fonseca Silva (SEED), Júnior Luiz Tavares de Castro (FEPACT), Luiz Carlos Hauer (OAB/PR), Marcelo Nascimento de Oliveira (CRESS), Maria Lúcia Gomes (ACP), Marisa da Costa (SESA), Renato Bastos Figueiroa (SESP), Rogério Goulart da Silva (UFPR) e Ten. Cel. Ricardo da Costa (PMPR). **Falta justificada:** Dulce Dirclair Haf Bais (UFPR), Gesérgio Lopes Leal (DEPPEN), Leandro Domingos Zanardi (DEPPEN), Silberto Cardoso (DEPPEN) e Thiago Aguilar Massolin (COMPACTA). **Ouvintes:** Diogo de Assis Russo (MPPR). A presidente Juliane inicia a reunião desejando boas vindas a todos, pede desculpas pelo atraso que aconteceu devido problemas técnicos, seguindo para o primeiro ponto de pauta “**aprovação das atas das reuniões ordinárias de junho, agosto e setembro de 2023**”, sendo estas aprovadas pelo pleno. No segundo item de pauta: “**aprovação das atas das reuniões extraordinárias de 22/09, 29/09 e 06/10/2023**”, também aprovadas pelo pleno. No terceiro item de pauta: “**primeira reunião da Comissão Interfederativa Permanente do Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas – CONAD**”, Juliane conta como foi o encontro que aconteceu no dia 25 de setembro de 2023, em Brasília. A reunião teve como objetivo principal reunir os estados do país, para saber quais são as principais dificuldades e demandas, conforme a realidade de cada conselho. A presidente entende que estão em uma fase de “arrumar a casa”, coletando todas as informações para saber o ponto de partida do trabalho. Nesse sentido, cada presidente fez suas explanações, sendo apresentado pelo Paraná quais são as organizações que compõem o CONESD e como as comissões permanentes trabalham. Relata que duas demandas que em diversos estados precisam ser vistas e desenvolvidas, são: o Fundo Estadual Sobre Drogas – FESD e os Conselhos Municipais de Políticas Públicas Sobre Drogas, sendo ambos os assuntos discutidos neste encontro. Complementa que mostrou quais são as diretrizes do CONESD e o

trabalhando desenvolvido em cima das ações do Plano Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas – 2023/2026. O conselheiro Fábio – titular SETI, usa do momento para parabenizar a presidente pela participação e comenta que o CONESD precisa interiorizar, estadualizar o conselho, divulgando o link da reunião para os conselhos municipais, convidando para que participem das políticas públicas sobre drogas do estado. Juliane complementa que foi uma discussão na reunião interfederativa, que de alguma forma o governo federal fomenta os estados para que aumente a representatividade dos municípios. A pedidos dos representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a presidente alterou a sequência de pauta, uma vez que o quinto item “**Fundo Estadual Sobre Drogas – FESD**”, inicia-se a pauta com o conselheiro titular SESP – Renato Figueiroa, explicando que convidou o servidor da SESP, Daniel Kurzlop, o qual é contador do FESD. Relata que algum tempo vem sendo trabalhado sobre a atualização do projeto de lei, pois em 2012 a política sobre drogas encontrava-se na pasta da secretaria de justiça, mesmo havendo alteração em 2014 para a pasta da segurança pública, a redação da lei não foi atualizada. Então há esse imbróglio que está tentando acertar, o fundo não foi movimentado nos últimos anos em razão da natureza contábil, parte que o Daniel explicará, considerando o conhecimento técnico no assunto. Daniel relata que é o contador de todos os fundos da SESP e indicado para a mesma função no FESD, que a questão da natureza contábil foi em meados de 2014/2015, onde a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA optou por uma questão de gestão, retirar todas as naturezas contábeis e quase todos os fundos que podiam, transformando em fonte de recursos, centralizando a gestão do controle, conciliação bancária, na SEFA. Alguns anos depois, o Tribunal de Contas – TCE entendeu que não poderia ser feito dessa forma, teve até um acórdão do TSE apontando, ressaltando, destacando essas questões e obrigando o estado, contudo, a adequar a essa questão. Todos os fundos retornaram então, deviam ter retornado à natureza contábil em 2022. O FESD demorou um pouco, devido a adequações, a questão orçamentária estando 100% correta, inclusive já foi na proposta orçamentária própria do FESD, como projeção de despesas, tanto custeio como investimento, somando R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). Sendo esses recursos, totalmente do “recurso tesouro”, desde que o FESD não tem previsão de receita própria. Reitera que agora cabe preparar a legislação comentada, justificar a mudança de SEJU para SESP, para que em 2024 comece a executar o fundo 100% dentro da legalidade. Com isso, retornar o Conselho Diretor do FESD, que vai realizar a aprovação do planejamento do orçamento, da prestação de contas e tudo mais para fins do TCE. Explica que antes quando era só fonte de recurso, todo o controle da execução orçamentar financeira ia somente pela SEFA, o TCE não avaliava a gestão do conselho diretor e do fundo propriamente dito, agora ele tendo natureza contábil, tem as vantagens mas também as obrigações. Agora o FESD ganha uma certa autonomia, começando o ano sabendo quanto tem de

recurso para planejar a sua despesa, fazer os gastos, desde que cumprindo com as regras. Salienta que quando se trata de recurso tesouro, não é liberado 100% do orçamento no primeiro mês, mas sim trimestralmente, apresentando planejamento, onde será gasto e de que forma, para que no próximo trimestre a SEFA libera mais um porcentual e assim por diante. Daniel finaliza sua fala ficando a disposição para eventuais dúvidas. A vice-presidente, Caroline, demonstra a preocupação, até mesmo principiológica, do conselho diretor gerenciar o fundo, considerando que acompanhou diversos conselhos municipais, sugerindo que na legislação que está sendo alterada, também altere-se a gestão e que está aconteça pelo CONESD. Após um debate entre conselheiros sobre a possibilidade ou não dessa alteração sugerida por Caroline, o pleno entendeu que por questão tempestividade, a alteração na legislação sobre a gestão do FESD, poderá acarretar não vir recursos para o ano de 2024, sendo um assunto que deverá ser pautado posteriormente. Finalizado o quinto item, retorna-se ao item quatro **“Avaliação das reuniões extraordinárias e possibilidade de manifestação sobre a descriminalização do porte de maconha para o uso pessoal na sociedade”**. Juliane relata que as reuniões extraordinárias são totalmente válidas e nas que aconteceram, houve muitas participações até mesmo de representantes de outros estados, sendo usado de exemplo para outros conselhos estaduais iniciarem discussões utilizando do mesmo formato, vendo como viável o estado do Paraná continuar na mesma metodologia para outras temáticas. Abrindo o espaço para debate dos conselhos, o conselheiro Fábio – titular SETI, comenta que a ideia de ter convidados externos em reuniões extraordinárias foi excelente e bem-vinda, tendo que se repetir em demais temas a serem discutidos, e ainda que a metodologia foi boa, mas criterizar. Pergunta quais os critérios foram tomados para a escolha dos convidados, por que na terceira reunião, por exemplo, foi a participação de conselheiros e por que esses conselheiros, afirmando que nada contra, apenas confirmando se a ideia era ser convidados externos e não conselheiros. A vice-presidente, Caroline Arns, explica ao conselheiro que na plenária passada ficou definido que a mesa diretora definiria as participações e optamos por essas, ainda que a Comissão de Redução de Danos falou em indicar convidados, indicou, sendo a apresentação excelente, reiterando que a decisão de escolha foi da mesa diretora e função da liberdade que o pleno deu para gerenciar esses três encontros. A presidente explica que será realizado votação no pleno para se será realizado ou não a manifestação sobre a descriminalização do porte de maconha para o uso pessoal na sociedade, sendo a primeira pergunta se será feita manifestação, e em caso de positivo, a segunda pergunta será se a favor ou contra a descriminalização. Dessa forma, coloca-se em votação se o Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas irá se manifestar em relação a descriminalização do porte de maconha para o uso pessoal.

CONTRÁRIO	A FAVOR	AUSENTE NA VOTAÇÃO
SEED	SESP	DEPPEN
SESA	SEJU	SEDEF
SETI	PMPR	DPE
OAB	PCPR	UFPR
CRP	FECCOMPAR	ACP
CRESS	COMPACTA	CRM
FIEP		
FEPACT		

Considerando que houve seis votos a favor da manifestação e oito votos para não emissão, o Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas – CONESD, não irá se manifestar. Seguindo para o próximo item de pauta “**Apresentação das Comissões Permanentes e Especial**”, começando pela comissão de prevenção, a presidente informa que a conselheira suplente da SEED e coordenadora da referida comissão, será substituída, não podendo apresentar nada neste encontro. A comissão de tratamento e acolhimento é coordenada pelo conselheiro titular da COMPACTA, Thiago Massolin o qual não pode estar presente na reunião, mas comunicou a secretária-executiva que a referida comissão já se reuniu por diversas vezes, estando na fase final da elaboração da minuta de resolução para o cadastramento, credenciamento e certificação das comunidades terapêuticas, sendo essa uma demanda solicitado pelo pleno para a comissão executar. A comissão de redução de danos coordenada pelo conselheiro Felipe Nadai – titular CRP, o mesmo relata que a referida comissão indicou o conselheiro Fábio Orsini para o Webinário: A redução de danos como estratégia para o cuidado em saúde mental, que acontecerá no dia 09 de novembro de 2023, como metodologia de executar o objetivo oito – ação dois do eixo redução de danos do Plano Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas. O coordenador da comissão de estudos, pesquisas e avaliações, conselheiro titular Fábio Orsini – SETI, retornaram as pautas que haviam sido definidas, sobre as chamadas drogas sintéticas. A comissão entende que é necessário diferenciar maconha das drogas sintéticas, complementado a fala pelo conselheiro Felipe, que foi discutido a possibilidade da criação de uma cartilha explicando o que são essas substâncias. O conselheiro Luiz Carlos Hauer – suplente OAB, comenta no assunto de cartilhas que a Comissão de Política Sobre Drogas da OAB, a qual é presidente, elaborará uma cartilha neste sentido e convida a comissão e o CONESD para compor o grupo de trabalho que executará essa ação. A comissão de redução da oferta, coordenada

pela conselheira titular – PCPR, Anelyze Sant’Ana, a mesma relata que a comissão não vem se reunindo, uma vez que a demanda na polícia civil está alta, devido algumas operações, e se aprovado pelo pleno, gostaria que o representante titular da SESP, Renato Figueiroa, assumisse a coordenação da mesma. Dessa forma, foi aceito pelo pleno. A Comissão Especial de Legislação e Normas, coordenada pela conselheira titular da OAB, Andréa Damasceno, a mesma relata que a foi concluído a revisão do regimento interno, porém, como é um documento extenso e ocuparia muito do tempo da sessão, será enviado via e-mail para todos os conselheiros terem conhecimento e analisarem, reitera que no arquivo haverá uma legenda para facilitar a leitura do que foi mantido, alterado e incluso, sendo sugerido pela presidente o prazo de quinze dias corridos para as solicitações de alterações, para que no próximo encontro, o regimento interno seja aprovado pelo pleno. No item sete: “**Informes do Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD**”, o conselheiro titular da SESP e coordenador do NEPSD, Renato Figueiroa, relata que a pedido da presidente, está sendo realizado pelo NEPSD um levantamento de conselhos municipais de políticas públicas sobre drogas, que estão ativos, inativos, que não existem, e desses quais tem interesse em criar ou reativar. Foram enviados 399 ofícios, em protocolos individuais para cada prefeito, aos que não responderam no prazo, as estagiárias já estão entrando em contato via telefone para um retorno, onde tudo está planilhado, e para aqueles que tem interesse em criar ou reativar, vamos dar o suporte técnico. A conselheira suplente da SESP, Camila Duda, complementa o assunto relatando os números do levantamento citado por Renato, que são: 249 respostas, sendo 21 conselhos ativos; 57 inativos, destes 48 tem interesse em reativas; 171 que tem não existem e destes, 109 tem interesse em criar. Na mesma pauta, Renato reitera sobre o Webinário: A redução de danos como estratégia para o cuidado em saúde mental, que acontecerá no dia 09 de novembro de 2023, convidando todos a participarem bem como ajudarem a divulgar. Seguindo para o último item de pauta: “**Informes finais e palavra dos conselheiros**”, a presidente informa aos conselheiros que na data anterior a reunião, 10 de outubro, foi recebido um documento via e-mail, do Ministério Público, que pedir informações à Prefeitura Municipal de Castro de quais são as políticas públicas sobre drogas, bem como sugerindo a criação do conselho municipal, com prazo de sessenta dias, com vistas ao CONESD. A conselheira Jucélia, titular da FECCOMPAR comenta em relação ao levantamento dos conselhos municipais, que havendo a possibilidade de passar as informações de quais municípios tem interesse em criar ou reativar, pode-se passar a diretoria dos conselhos da comunidade, para que juntos possam dar o apoio nos municípios. A conselheira Andreia Damasceno, titular da OAB, convida todos a participarem do seminário a ser realizado em três dias, a partir de 16/10/2023 às 18 horas, que terá a presença de Sebastian Scherer, palestrante alemão com reconhecimento internacional. Nada mais havendo a tratar, Juliane agradece a presença do pleno, dando por

encerrada a reunião às 12h, e eu, Camila Duda, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pela presidente.

Camila Duda

Camila Duda
Secretária Executiva

Juliane Maria Fonseca Silva

Juliane Maria Fonseca Silva
Presidente